

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	84
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.975.084	1.947.651	1.963.148
1.01	Ativo Circulante	162.808	172.921	157.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.040	21.350	12.837
1.01.03	Contas a Receber	158.343	147.335	140.523
1.01.03.01	Clientes	15.879	15.986	13.828
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	142.464	131.349	126.695
1.01.03.02.03	Ativo Contratual	142.464	131.349	126.695
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.773	2.859	2.336
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.773	2.859	2.336
1.01.07	Despesas Antecipadas	641	421	88
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11	956	1.751
1.01.08.03	Outros	11	956	1.751
1.02	Ativo Não Circulante	1.812.276	1.774.730	1.805.613
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.811.463	1.769.667	1.800.293
1.02.01.04	Contas a Receber	1.694.906	1.639.116	1.676.609
1.02.01.04.04	Ativo Contratual	1.694.906	1.639.116	1.676.609
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	58.952	83.304	104.985
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	58.952	83.304	104.985
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	57.605	47.247	18.699
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	114	16.467	2.337
1.02.01.10.05	Títulos de Renda Fixa	229	210	145
1.02.01.10.06	Caixa Restrito	38.350	22.771	13.579
1.02.01.10.07	Adiantamentos a Fornecedores	2.035	7.799	2.638
1.02.01.10.08	Compras em Andamento	57	0	0
1.02.01.10.09	Direito de Uso em Homologação	16.820	0	0
1.02.03	Imobilizado	813	5.063	5.320
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	813	5.063	5.320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.975.084	1.947.651	1.963.148
2.01	Passivo Circulante	89.426	78.952	92.001
2.01.02	Fornecedores	8.758	7.203	12.141
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.758	7.203	12.141
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.624	10.501	10.014
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.624	10.501	10.014
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.624	10.501	10.014
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.240	60.358	69.056
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	73.240	60.358	69.056
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	73.240	60.358	69.056
2.01.05	Outras Obrigações	0	43	0
2.01.05.02	Outros	0	43	0
2.01.05.02.04	Adiantamento a Clientes	0	43	0
2.01.06	Provisões	2.804	847	790
2.01.06.02	Outras Provisões	2.804	847	790
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	2.804	847	790
2.02	Passivo Não Circulante	982.573	1.003.293	1.010.095
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	629.956	675.255	683.747
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	629.956	675.255	683.747
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	629.956	675.255	683.747
2.02.02	Outras Obrigações	340.307	311.157	313.209
2.02.02.02	Outros	340.307	311.157	313.209
2.02.02.02.03	PIS e COFINS diferidos	169.957	163.768	166.806
2.02.02.02.04	IRPJ e CSLL diferidos	170.350	147.389	146.403
2.02.04	Provisões	12.310	16.881	13.139
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.310	16.881	13.139
2.03	Patrimônio Líquido	903.085	865.406	861.052
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013	667.013

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04	Reservas de Lucros	236.072	198.393	194.039
2.03.04.01	Reserva Legal	20.544	18.660	18.442
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	162.516	126.721	126.101
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516	0
2.03.04.10	Reserva de capital	49.496	49.496	49.496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.725	94.336	59.891
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.185	-15.986	-11.240
3.03	Resultado Bruto	139.540	78.350	48.651
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.908	-19.316	-13.262
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.908	-19.316	-13.262
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	108.632	59.034	35.389
3.06	Resultado Financeiro	-47.992	-51.703	-57.765
3.06.01	Receitas Financeiras	852	579	2.915
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.844	-52.282	-60.680
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.640	7.331	-22.376
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.961	-2.977	8.135
3.08.02	Diferido	-22.961	-2.977	8.135
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.679	4.354	-14.241
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.679	4.354	-14.241
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	56,49	6,53	21,35

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	37.679	4.354	-14.241
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.679	4.354	-14.241

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.399	54.634	66.126
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-86.745	-36.600	-24.128
6.01.01.01	Lucro do exercício	37.679	4.354	-14.241
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	22.961	986	-6.726
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferidos	6.189	-3.038	-6.706
6.01.01.04	Ativo de Concessão	-141.210	-140.641	-143.706
6.01.01.05	Juros dos Empréstimos	46.212	49.806	56.072
6.01.01.06	Provisões	-4.571	3.742	2.413
6.01.01.08	Outros	5.502	1.407	-1.701
6.01.01.09	Perda de Remuneração do Ativo Contratual	-59.507	46.784	90.467
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	138.562	103.601	116.035
6.01.02.01	Impostos a Recuperar	1.086	-523	1.054
6.01.02.02	Clientes	107	-2.158	1.069
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-220	-333	1
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	5.764	-5.161	2.691
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	16.353	-14.130	-1.160
6.01.02.06	Outros Ativos	945	795	-1.669
6.01.02.07	Fornecedores	1.555	-4.938	1.777
6.01.02.08	Partes Relacionadas	0	0	-8.074
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	-5.877	3.253	-1.678
6.01.02.10	Outros Passivos	1.957	57	-3.714
6.01.02.11	Adiantamento a Clientes	-43	43	0
6.01.02.12	Ativo de Concessão Contratual - Recebimento	133.812	126.696	125.738
6.01.02.13	Direito de Uso	-16.820	0	0
6.01.02.14	Compras em Andamento	-57	0	0
6.01.03	Outros	-20.418	-12.367	-25.781
6.01.03.01	Juros Pagos	-20.418	-9.601	-25.772
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-2.766	-9

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.885	-9.444	-6.176
6.02.03	Titulos de Renda Fixa	-15.579	-9.192	-3.600
6.02.05	Caixa Restrito	-19	-65	-69
6.02.06	Imobilizado	-287	-187	-2.507
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.824	-36.677	-65.953
6.03.02	Pagamento de Principal	-59.176	-58.358	-65.953
6.03.08	Partes Relacionadas	24.352	21.681	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.310	8.513	-6.003
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.350	12.837	18.840
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.040	21.350	12.837

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.679	0	37.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.679	0	37.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	144.543	0	0	861.052
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	144.543	0	0	861.052
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.354	0	4.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.354	0	4.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.354	-4.354	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.354	-4.354	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	158.784	0	0	875.293
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	158.784	0	0	875.293
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.241	0	-14.241
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.241	0	-14.241
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-14.241	14.241	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício	0	0	-14.241	14.241	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	144.543	0	0	861.052

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	215.309	109.017	71.601
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.309	109.017	71.601
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-60.922	-17.162	-10.492
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.103	-3.807	-4.705
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.904	-11.654	-5.659
7.02.04	Outros	7.085	-1.701	-128
7.03	Valor Adicionado Bruto	154.387	91.855	61.109
7.04	Retenções	-809	-400	3
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-809	-400	3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	153.578	91.455	61.112
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	852	579	2.915
7.06.02	Receitas Financeiras	852	579	2.915
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	154.430	92.034	64.027
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	154.430	92.034	64.027
7.08.01	Pessoal	16.359	13.625	11.359
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.525	11.070	9.050
7.08.01.02	Benefícios	1.909	1.902	1.646
7.08.01.03	F.G.T.S.	925	653	663
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.547	20.154	5.318
7.08.02.01	Federais	48.343	20.019	5.289
7.08.02.02	Estaduais	1.204	135	29
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.845	53.901	61.591
7.08.03.01	Juros	48.844	52.282	60.680
7.08.03.02	Aluguéis	2.001	1.619	911
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.679	4.354	-14.241
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.679	4.354	-14.241

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

***Carta do Diretor de Relações com Investidores***

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Macapá” ou “Companhia”), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 um resultado operacional positivo de R\$ 108.632. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 47.992. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2021 foi de R\$ 37.679.

A Companhia apresentou, em 2021, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Mauro de Almeida Santos

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Sumário

Histórico..... 4

Composição Acionária 5

Desempenho Operacional 5

Desempenho Econômico-Financeiro..... 8

EBITDA 9

Auditores Independentes 12

Agradecimentos..... 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Histórico

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e Pará.

A Macapá é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. que detém 85,04% do capital social da Companhia e os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 71.880, sendo reajustada anualmente pela ANEEL.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Em 05 de outubro de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 125.372, para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 667.013, representado por 667.013 milhões de ações ordinárias.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	99.753.209

Desempenho Operacional

A COTESA é a responsável pela operação das instalações de energia elétrica e possui Centro de Operações próprio e equipe treinada e certificada para atuar dentro dos requisitos operativos e para assegurar a disponibilidade dos sistemas operados. A manutenção é feita internamente pela Companhia e realizada por profissionais que possuem vasta experiência na área.

As funções transmissão da LMTE estiveram disponíveis em 2021 acima de 99,81% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 95,40 % nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado com 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



CONC.	FUNÇÃO TRANSMISSÃO (POR TIPO E NÍVEL DE TENSÃO)	DISPONIBILIDADE			
		2020	2021	JAN/21 a DEZ/21	DEZEMBRO/2021
LMTE	LT 500 kV	99,98%	99,95%	99,95%	100,00%
	BCS 500kV	99,97%	99,90%	99,90%	99,89%
	RT 500 kV	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ATR 500/138 kV	99,83%	100,00%	99,99%	100,00%
	CE 500 kV	99,99%	99,77%	99,77%	100,00%
	TR 230/69 kV	76,67%	95,40%	95,40%	99,93%
	LT 230 Kv	99,94%	99,70%	99,70%	99,81%
	CE 230 Kv	99,91%	99,79%	99,79%	100,00%

A Linha de Transmissão sofreu desligamentos automáticos em dezembro de 2021, assim como nos últimos 12 meses, resultando nos indicadores da tabela abaixo comparado com 2020.

CONC.	FUNÇÃO TRANSMISSÃO (POR TIPO E NÍVEL DE TENSÃO)	TAXA DE FALHA			
		2020	2021	JAN/21 a DEZ/21	DEZEMBRO/2021
LMTE	LT 500 kV	0,43	1,71	1,71	-
	BCS 500kV	1,50	6,51	6,51	0,50
	RT 500 kV	-	-	-	-
	ATR 500/138 kV	-	-	-	-
	CE 500 kV	-	5,01	5,01	-
	TR 230/69 kV	3,65	3,35	3,35	-
	LT 230 Kv	3,46	3,76	3,76	0,15
	CE 230 Kv	7,01	6,01	6,01	-

Em 03 de novembro de 2020 um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).

Com isso, o suprimento de energia do Estado do Amapá, que dependia no momento da ocorrência quase que exclusivamente das instalações de transmissão da LMTE, acabou sendo temporariamente comprometido. Com esse incidente, aproximadamente 765 mil pessoas, em 13 cidades, incluindo a capital Macapá, ficaram parcialmente sem energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Adicionalmente, na data da ocorrência, o Transformador 02 - 230/69/13,8 kV (7TR02), com função primária de atuar como reserva, encontrava-se em manutenção por razão de uma ocorrência em 30/12/2019, tendo todos os passos sido informados aos órgãos competentes, conforme procedimentos da regulação setorial.

Após o ocorrido, a Companhia tomou as providências cabíveis de forma prioritária e, através da substituição de peças e com o acompanhamento e suporte do grupo de trabalho composto, além da LMTE, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ANEEL, Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Eletronorte, com suporte das Forças Armadas, 60% a 70% da capacidade de carga total necessária no estado do Amapá foi reestabelecida em 07 de novembro, ou seja, 3 dias após o incidente.

As operações na SE Macapá, objeto da concessão da LMTE, foram progressivamente recompostas ao longo do mês de novembro, sendo 67% recomposta no dia 07 de novembro, com a recuperação do Transformador 03, e foram 100% normalizadas no dia 24 de novembro, após a transferência do transformador 01 da Subestação de Laranjal do Jari para a Subestação do Macapá. Ainda segundo as diretrizes do Gabinete de Crise, a LMTE realizou a transferência de um terceiro Transformador cedido a título oneroso por outra concessionária do setor e vindo de Boa Vista - Roraima, conseguindo, com muito esforço, após diversas e complexas etapas, disponibilizá-lo para operação em dezembro de 2020, de forma antecipada às previsões.

Sequencialmente, em 08/01/2021, a transformação da Subestação Laranjal foi recomposta através de outro equipamento cedido de forma onerosa, este vindo de Vila do Conde – Pará, como forma de manter a configuração original, em quantitativo de transformadores, na Subestação de Laranjal do Jari, também objeto da concessão outorgada à LMTE.

Adicionalmente, em abril, o Gabinete de Crise solicitou que a subestação Macapá contasse com um quarto transformador, em caráter temporário, o que foi obtido com o transformador existente na subestação Laranjal do Jari, da LMTE. Para tal comando, novamente foi utilizado o processo de cessão onerosa de outro transformador proveniente de Vila do Conde. Em julho ambos os transformadores estavam disponíveis, tanto em Macapá quanto em Laranjal do Jari.

Como parte das ações de definitivo reestabelecimento das instalações da Companhia, foi contratada junto ao fornecedor ABB a aquisição de 2 (dois) novos transformadores de 230/69/13,8kV 150MVA, para SE Macapá que foram entregues em setembro/2021 e outubro/2021, conforme descrito na Nota 10. Contratou-se, ainda, com a WEG, o reparo do TR2 que foi entregue na SE Macapá em dezembro/2021. Todas as providências foram,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



e estão sendo acompanhadas e validadas pelo ONS, MME e ANEEL, bem como os seguros dos equipamentos avariados devidamente acionados.

Os novos transformadores foram energizados, respectivamente em 24 de setembro e 12 de novembro, normalizando a transformação da subestação Macapá = 3 x 150 MVA. Nas mesmas ocasiões foram devolvidos os transformadores cedidos de Boa Vista e um dos provenientes de Laranjal do Jari.

Em paralelo às atividades técnicas e consoante ao seu programa de ASG (Ambiental, Social e Governança), durante o período mais agudo da ocorrência, a fim de minimizar os efeitos sobre a população, sobretudo a parcela mais vulnerável, a LMTE realizou a distribuição de kits formados por cestas básicas, água mineral e kit anticovid-19 nos municípios de Macapá, Santana e outras regiões metropolitanas, beneficiando um total de 4.000 famílias. Atualmente a Companhia estuda parcerias para tornar permanente o apoio a projetos sociais na localidade.

Reiteramos que a LMTE trabalhou incansavelmente para o restabelecimento de 100% de transporte de carga necessária para o atendimento à população, com segurança. Não obstante, segue disposta a atuar em cooperação com as autoridades locais na busca de soluções para a superação das históricas fragilidades sistêmicas no fornecimento de energia e estabelecer os padrões de excelência com que é comprometida.

Mais detalhamento sobre o evento está sendo explicado nas demonstrações financeiras da Companhia, nota 2.2

Desempenho Econômico-Financeiro

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 1.4 das informações financeiras intermediárias, em todos os exercícios apresentados.

Na preparação destas informações financeiras intermediárias, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as variações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO 31 de dezembro

(em milhares de R\$, exceto percentuais)

	2021	% Total ROL	2020	% Total ROL	% Variação 2021/ 2020
Receita líquida					
Receita líquida	192.725	100,00	94.336	100,00	104,30
Custo de operação e manutenção	(53.185)	(27,60)	(15.986)	(16,95)	232,70
Lucro bruto (prejuízo)	139.540	72,40	78.350	83,05	78,10
Despesas gerais e administrativas	(30.908)	(16,04)	(19.316)	(20,48)	60,01
Lucro (prejuízo) operacional	108.632	56,37	59.034	62,58	84,02
Despesas financeiras	(48.844)	(25,34)	(52.282)	(55,42)	(6,58)
Receitas financeiras	852	0,44	579	0,61	47,15
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(47.992)	(24,90)	(51.703)	(54,81)	(7,18)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	60.640	31,46	7.331	7,77	727,17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.961)	(11,91)	(2.977)	(3,16)	671,28
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37.679	19,55	4.354	4,62	765,39

Receita líquida

Aumento devido ao ganho de remuneração do Ativo de Contrato no período. Em 2021, o órgão regulador utilizou o percentual IPCA de 8,056% para atualização da receita do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, acima do esperado e aplicado no cálculo da estimativa, gerando assim um ganho de remuneração em 2021.

O percentual IPCA divulgado pelo órgão no período anterior correspondente foi de 1,88%, abaixo da expectativa de atualização identificada no início do contrato, ocasionando assim, a perda de remuneração reconhecida em 2020.

Custo de operação e manutenção

O aumento em 2021 ocorre basicamente pelos custos referentes aos transformadores que sofreram incêndio em 2020 e a outros custos operacionais. Desde então, a Companhia trabalhou incansavelmente, tomando todas as providências cabíveis para a recomposição das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



instalações de transmissão sob sua responsabilidade, fato que ocorreu em 24 de novembro quando 100% das operações da SE Macapá foram normalizados após a transferência de um transformador de alta voltagem.

Os custos não recorrentes do exercício somam um total de R\$ 43.440 e referem-se ao investimento da companhia na substituição de dos transformadores e na implantação de um quarto.

Além disso, a Companhia disponibilizou um terceiro transformador cedido à título oneroso por outra concessionária conforme diretrizes do Gabinete de Crise pelo custo mensal de R\$ 37.

EBITDA

A Composição do EBITDA de 31 de dezembro de 2021, bem como do mesmo período de 2020 é de:

EBITDA		31 de dezembro	
(em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2021	2020	% Variação 2021/ 2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	37.679	4.354	765,39
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.961	2.977	671,28
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	47.992	51.703	(7,18)
EBIT	108.632	59.034	84,02
Depreciação e amortização	809	400	102,25
EBTIDA	109.441	59.434	84,14
Despesas gerais não recorrente	43.440	12.075	259,75
EBTIDA Ajustado	152.881	71.509	113,79
Receita Operacional Líquida – ROL	192.725	94.336	104,30
Margem do EBTIDA %	79,33%	75,80%	4,65

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A variação do imposto reflete a variação do resultado do exercício que teve como principal impacto o aumento da receita pelo ganho de remuneração do ativo contratual no período e o custo de operação e manutenção devido ao incêndio dos transformadores de 2020 e os gastos relacionados que fizeram com que o Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social aumentasse em 2021 em comparação com 2020.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício é obtido pela diferença entre todas as receitas e despesas do exercício. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro aumentou % em comparação com o ano anterior, alcançando assim, o lucro contábil no exercício de R\$ 37.679.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Audidores Independentes

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratada a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o período de 2021. A Deloitte desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente.

A política de autuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)



Agradecimentos

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas



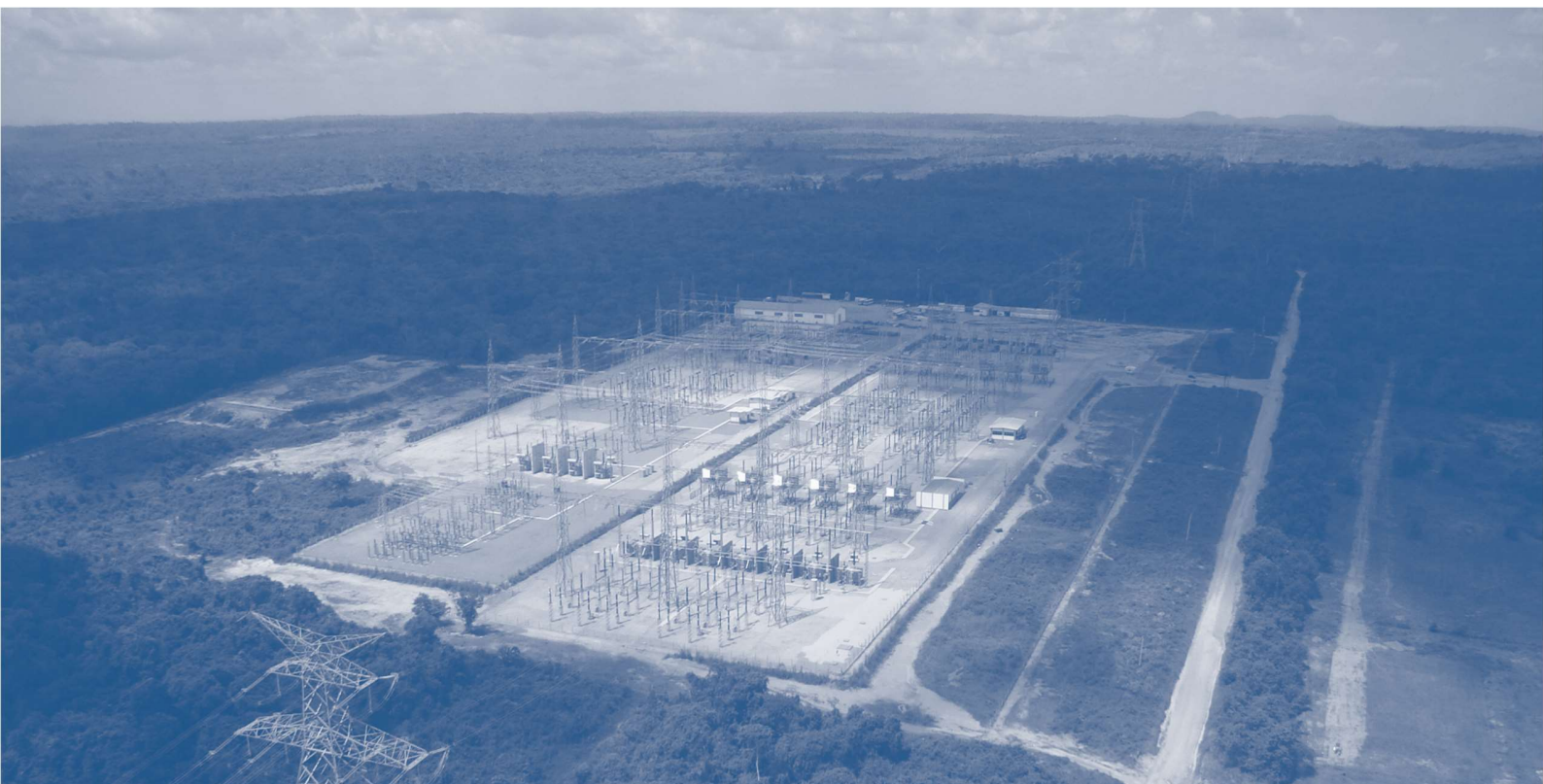
Linhas de Macapá

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e

Relatório do Auditor Independente



Notas Explicativas



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.040	21.350	Adiantamento a Clientes	-	43
Clientes (Nota 7)	15.879	15.986	Fornecedores (Nota 15)	8.758	7.203
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.773	2.859	Empréstimos e debêntures (Nota 16)	73.240	60.358
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	142.464	131.349	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	4.624	10.501
Despesas pagas antecipadamente	641	421	Outros passivos	2.804	847
Outros ativos	11	956			
Total do ativo circulante	162.808	172.921	Total do passivo circulante	89.426	78.952
Não circulante			Não circulante		
Ativo de concessão - Contratual (Nota 9)	1.694.906	1.639.116	Empréstimos e debêntures (Nota 16)	629.956	675.255
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	2.035	7.799	Provisões (Nota 18)	12.310	16.881
Depósitos judiciais (Nota 11)	114	16.467	PIS e COFINS diferidos (Nota 19)	169.957	163.768
Partes relacionadas (Nota 12)	58.952	83.304	IRPJ e CSLL diferidos (Nota 20 (b))	170.350	147.389
Caixa restrito (Nota 13)	38.350	22.771			
Títulos de renda fixa	229	210			
Compras em andamento	57	-			
Direito de uso em homologação (Nota 14)	16.820	-			
Total do ativo não circulante	1.811.463	1.769.667	Total do passivo não circulante	982.573	1.003.293
Imobilizado, líquido	813	5.063	Patrimônio líquido (Nota 20)		
			Capital social	667.013	667.013
			Reserva legal	20.544	18.660
			Reserva de capital	49.496	49.496
			Reserva de incentivo fiscal	3.516	3.516
			Reserva especial de dividendos	162.516	126.721
Total do ativo não circulante	1.812.276	1.774.730	Total do patrimônio líquido	903.085	865.406
Total do ativo	1.975.084	1.947.651	Total do passivo	1.975.084	1.947.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita líquida (Nota 22)	192.725	94.336
Custo de operação e manutenção (Nota 23)	(53.185)	(15.986)
Lucro bruto	139.540	78.350
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(30.908)	(19.316)
Lucro antes do resultado financeiro	108.632	59.034
Despesas financeiras (Nota 24)	(48.844)	(52.282)
Receitas financeiras (Nota 24)	852	579
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(47.992)	(51.703)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	60.640	7.331
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 20(a))	(22.961)	(2.977)
Lucro líquido do exercício	37.679	4.354
Lucro por lote de mil ações - R\$	56,49	6,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	37.679	4.354
Total do resultado abrangente do exercício	37.679	4.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva especial de dividendos	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	667.013	18.442	49.496	-	126.101	-	861.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.354	4.354
Destinação do lucro exercício		218		3.516	620	(4.354)	
Em 31 de dezembro de 2020	667.013	18.660	49.496	3.516	126.721	-	865.406
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	37.679	37.679
Destinação do lucro do exercício	-	1.884	-	-	35.795	(37.679)	-
Em 31 de dezembro de 2021	667.013	20.544	49.496	3.516	162.516	-	903.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.679	4.354
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20 (a))	22.961	986
Pis e Cofins diferidos (Nota 19)	6.189	(3.038)
Ativo de concessão - Contratual - Remuneração (Nota 9)	(141.210)	(140.641)
(Ganho) Perda de remuneração do ativo de concessão - contratual (Nota 9)	(59.507)	46.784
Juros dos empréstimos (Nota 16)	46.212	49.806
Provisões (Nota 17)	(4.571)	3.742
Outros	5.502	1.407
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Ativo de concessão - contratual - Recebimento (Nota 9)	133.812	126.696
Clientes (Nota 7)	107	(2.158)
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.086	(523)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10)	5.764	(5.161)
Despesas antecipadas	(220)	(333)
Depósito judiciais (Nota 11)	16.353	(14.130)
Direito de uso	(16.820)	-
Adiantamento a clientes	(43)	43
Compras em andamento	(57)	-
Fornecedores (Nota 15)	1.555	(4.938)
Outros ativos	945	795
Impostos e contribuições a recolher (Nota 17)	(5.877)	3.253
Outros passivos	1.957	57
Caixa gerado nas operações	51.817	67.001
Juros pagos (Nota 16)	(20.418)	(9.601)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.766)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	31.399	54.634
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(287)	(187)
Caixa restrito (Nota 13)	(15.579)	(9.192)
Títulos de renda fixa	(19)	(65)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimento	(15.885)	(9.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 16)	(59.176)	(58.358)
Partes relacionadas (Nota 12)	24.352	21.681
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(34.824)	(36.677)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(19.310)	8.513
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	21.350	12.837
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	2.040	21.350

(*) As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25 (a).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas		
Prestação de serviços (Nota 22)	215.309	109.017
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de operação e manutenção	(42.103)	(3.807)
Serviço de terceiro	(25.904)	(11.654)
Provisões e Outros	7.085	(1.701)
Valor adicionado bruto	154.387	91.855
Depreciação e amortização	(809)	(400)
Valor adicionado líquido produzido	153.578	91.455
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 24)	852	579
Valor adicionado total a distribuir (absorver)	154.430	92.034
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	(13.525)	(11.070)
Benefícios	(1.909)	(1.902)
FGTS	(925)	(653)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(44.622)	(14.875)
Estaduais	(1.204)	(135)
Taxas Regulatórias (Nota 22)	(3.721)	(5.144)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(48.844)	(52.282)
Aluguéis	(2.001)	(1.619)
Lucro líquido do exercício	(37.679)	(4.354)
Valor adicionado distribuído	(154.430)	(92.034)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022.

1.2. Concessão

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A última revisão tarifária ocorreu em 2019 conforme Resolução Homologatória 2.635 e a próxima ocorrerá em 5 anos de acordo com o tempo estimado no contrato de concessão. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia.

Em 05 de outubro de 2021, a Aneel, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.959, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 125.372, para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada pelos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela (CVM), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 1.4.

1.4. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.4.1 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

1.4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

A Companhia não realizou transações em moeda estrangeira no exercício de 2021.

1.4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

1.4.1.3 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem, a

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(i) Valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo financeiro da Companhia classificado nessa categoria compreendia caixa restrito.

(ii) Custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores, clientes e os empréstimos e

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

debêntures.

(c) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(i) Ativo de concessão – contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo de concessão contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de concessão contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo de concessão contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo de concessão contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos,

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

1.4.1.4 Adiantamento a Fornecedores

Os saldos relacionados a adiantamentos a fornecedores referem-se a antecipação de valor para os principais fabricantes de equipamentos das subestações, materiais para as torres, como cabo condutor e torres metálicas e o subempreiteiro da construção conforme estabelecido em contratos.

1.4.1.5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

1.4.1.6 Empréstimos e Debêntures

As debêntures e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros.

Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4.1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

1.4.1.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecido ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

1.4.1.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos.

1.4.1.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

1.4.1.11 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos e obrigações, houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prazo de financiamento.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de concessão contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e fixa durante todo o prazo de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início quando da entrada em operação e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações

1.4.1.12 Encargos regulatórios

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Reserva Geral de Reversão ("RGR"):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual.

O Despacho nº 2.437 de 2021 emitido pela Aneel estabeleceu a quota mensal no valor de R\$ 214 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE"):** Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ciclo pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

O Despacho nº 2.278 de 2021 emitido pela Aneel estabeleceu a quota mensal no valor de R\$ 41 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"): As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas a produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

1.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Principais alterações nas normas contábeis

A seguir indicamos as alterações de normas em vigor no exercício corrente. Segundo as análises realizadas pela administração, nenhuma alteração teve impactos materiais para a Companhia:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência - IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16.

A seguir indicamos as alterações de normas que foram emitidas mas ainda não são aplicáveis e, portanto, não foram adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)
- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual
- Alterações à IAS 16 - Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
- Alterações à IAS 37 - Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020
- Alterações CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Na data de autorização dessas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas novas e revisadas, já emitidas e ainda não aplicáveis.

2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de concessão

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratual.

(b) Momento de reconhecimento do ativo de concessão contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo de concessão contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de concessão contratual é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo de concessão contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(c) Determinação da taxa de desconto do ativo de concessão contratual

A taxa aplicada ao ativo de concessão contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de concessão contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão e fixa durante todo o período de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de concessão contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

(d) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(e) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Evento operacional Amapá

Na noite de 03 de novembro de 2020, a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Com isso, o suprimento de energia do Estado do Amapá, que dependia no momento da ocorrência quase que exclusivamente das instalações de transmissão da LMTE, acabou sendo temporariamente comprometido. Com esse incidente, aproximadamente 765 mil pessoas, em 13 cidades, incluindo a capital Macapá, ficaram parcialmente sem energia elétrica.

Adicionalmente, na data da ocorrência, o Transformador 02 - 230/69/13,8 kV (7TR02), com função primária de atuar como reserva, encontrava-se em manutenção por razão de uma ocorrência em 30/12/2019, tendo todos os passos sido informados aos órgãos competentes, conforme procedimentos da regulação setorial.

Após o ocorrido, a Companhia tomou as providências cabíveis de forma prioritária e, através da substituição de peças e com o acompanhamento e suporte do grupo de trabalho composto, além da LMTE, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ANEEL, Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Eletronorte, com suporte das Forças Armadas, 60% a 70% da capacidade de carga total necessária no estado do Amapá foi reestabelecida em 07 de novembro, ou seja, 3 dias após o incidente.

As operações na SE Macapá, objeto da concessão da LMTE, foram progressivamente recompostas ao longo do mês de novembro, sendo 67% recomposta no dia 07 de novembro, com a recuperação do Transformador 03, e foram 100% normalizadas no dia 24 de novembro, após a transferência do transformador 01 da Subestação de Laranjal do Jari para a Subestação do Macapá. Ainda segundo as diretrizes do Gabinete de Crise, a LMTE realizou a transferência de um terceiro Transformador cedido a título oneroso por outra concessionária do setor e vindo de Boa Vista - Roraima, conseguindo, com muito esforço, após diversas e complexas etapas, disponibilizá-lo para operação em 23 de dezembro de 2020, de forma antecipada às previsões.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sequencialmente, em 08/01/2021, a transformação da Subestação Laranjal foi recomposta através de outro equipamento cedido de forma onerosa, este vindo de Vila do Conde – Pará, como forma de manter a configuração original, em quantitativo de transformadores, na Subestação de Laranjal do Jari, também objeto da concessão outorgada à LMTE.

Adicionalmente, em abril, o Gabinete de Crise solicitou que a subestação Macapá contasse com um quarto transformador, em caráter temporário, o que foi obtido com o transformador existente na subestação Laranjal do Jari, da LMTE. Para tal comando, novamente foi utilizado o processo de cessão onerosa de outro transformador proveniente de Vila do Conde. Em julho ambos os transformadores estavam disponíveis, tanto em Macapá quanto em Laranjal do Jari.

O transporte de transformadores, que pesam unitariamente em torno de 200 toneladas, envolveu complexa logística que incluiu, além da parte terrestre, o traslado por balsa durante horas, com grandes riscos de danificar o equipamento no percurso.

Como parte das ações de definitivo reestabelecimento das instalações da Companhia, foi contratada junto ao fornecedor ABB a aquisição de 2 (dois) novos transformadores de 230/69/13,8kV 150MVA, para SE Macapá que foram entregues em setembro/2021 e outubro/2021, conforme descrito na Nota 10. Contratou-se, ainda, com a WEG, o reparo do TR2 que foi entregue na SE Macapá em dezembro/2021. Todas as providências foram, e estão sendo acompanhadas e validadas pelo ONS, MME e ANEEL, bem como os seguros dos equipamentos avariados devidamente acionados.

Os novos transformadores foram energizados, respectivamente em 24 de setembro e 12 de novembro, normalizando a transformação da subestação Macapá = 3 x 150 MVA. Nas mesmas ocasiões foram devolvidos os transformadores cedidos de Boa Vista e um dos provenientes de Laranjal do Jari.

Muito embora as causas do incidente ainda estejam em apuração, tanto internamente quanto pelos órgãos competentes, em decorrência da indisponibilidade temporária dos transformadores da Subestação Macapá já foram apuradas as seguintes penalidades:

A título de PVI, Parcela Variável por Indisponibilidade, até a apuração de 12/2021, o ONS já

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

descontou da LMTE R\$ 574 até dezembro de 2021 e não são esperados mais descontos.

Nos moldes da regulação setorial também é possível a aplicação de PVRO, Parcela Variável por Restrição Operativa, na hipótese de ser configurada redução da capacidade operativa das funções de transmissão/transformação das instalações da LMTE, e caso não tenha sido alcançado o limite de descontos previsto na norma aplicável. Deste modo, já foi descontado, a título de PVRO, o montante de R\$ 10 até dezembro de 2021.

Tendo em vista o tempo de indisponibilidade do Transformador 7TR02, que se encontra em manutenção desde 30/12/2020, a ANEEL decidiu, excepcionalmente, antecipar os descontos que estavam sendo operacionalizados via Parcela de Ajuste correspondentes às Suspensões do Ciclo 2019-2020, bem como determinou no âmbito Processo Administrativo nº 48500.005796/2020-34 que os descontos do ciclo 2020-2021 sejam mês a mês operacionalizados.

Ocorreram descontos referentes à suspensão dos pagamentos base dos Transformadores (7TR02, 7TR03 SE Macapá e 7TR01, 7TR02 Laranjal). Mesmo com a recomposição do sistema, com 4 transformadores disponíveis na SE de Macapá, a ANEEL aplicou a penalidade de acordo com o item 4.5.2 do Módulo 4 da REN 905/2020 realizando a dedução imediata nos Encargos de Uso do Sistema - EUST, uma vez que o ONS interpretou que houve restrição operativa gerada pelos equipamentos cedidos pela ELETRONORTE que possuem carga inferior ao equipamento requerido pela ANEEL no leilão.

- R\$ 239 – ciclo 20-21 TR02 (iniciadas novembro/20 desconto no AVC mensal)
- R\$ 119 - ciclo 2020-21 (TR01 – TR03 Macapá)
- R\$ 1.042 - ciclo 21-22 (TR02 TR03 SE Macapá e TR01 e TR02 Laranjal)

Totalizando R\$ 1.401 de desconto referente a suspensão de pagamentos base.

Estima-se que a partir de abril/22 os pagamentos estejam completamente recompostos à medida que os novos transformadores entrarão em operação plena conforme cronograma abaixo.

- Conclusão do TR02 de Macapá: Concluído em 15/11/2021
- Conclusão do TR03 da SE Macapá (retrofit): Concluído em 09/12/2021
- Conclusão do TR01 da SE Laranjal: Concluído em 17/02/2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Conclusão do TR02 da SE Laranjal: prevista para primeira quinzena de março/2022

Considerando os valores já descontados da receita da LMTE a título de (i) PVI, (ii) PVRO, (iii) Suspensões de Pagamentos Base, tem-se que os valores estão sendo adequadamente provisionados no contas a receber da Companhia.

Em 10 de fevereiro de 2021, a SFE, Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL, lavrou o Auto de Infração nº 0001/2021-SFE, por meio do qual aplicou à LMTE multa no valor total de R\$ 3.672, correspondente a pouco mais de 3,54% da Receita Operacional Líquida - ROL da Concessionária.

Contra o referido Auto de Infração, em 22/02/2021 foi interposto Recurso Administrativo - que tem efeito suspensivo e impede a cobrança da sanção, questionando a totalidade da multa e indicando vícios de legalidade do Auto de Infração nº 0001/2021-SFE. Em 26/10/2021, a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora negou provimento ao Recurso. A Companhia ingressou com medida judicial, com pedido liminar de efeito suspensivo.

A perda do valor discutido é classificada neste momento como possível, já que não temos como precisar agora se a multa será completamente afastada, totalmente mantida ou parcialmente revista pela ANEEL.

Quanto à possibilidade de decretação da Caducidade do Contrato de Concessão / Impedimento de Contratar com a Administração Pública / Intervenção na Concessão, ressalta-se que, até o momento, nenhuma destas hipóteses foi sequer abordada nos processos em trâmite, ou mesmo nas tratativas da Concessionária junto à Agência Reguladora. Além disso, tendo em vista já ter sido lavrado o Auto de Infração nº 001/2021-SFE, com a penalidade acima referida, considera-se remota a possibilidade de serem aplicadas à LMTE as penalidades de caducidade do contrato, impedimento de contratar com a Administração ou intervenção na concessão.

Para atuar em sua defesa, a LMTE reuniu uma equipe jurídica com membros internos e externos, bem como montou um gabinete interno de crise para solucionar as questões operacionais da Companhia e gestão da reputação em função da extensa cobertura da mídia sobre o assunto em questão. Os processos judiciais referentes ao tema se encontram divulgados na Nota 18.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em paralelo às atividades técnicas e consoante ao seu programa de ASG (Ambiental, Social e Governança), durante o período mais agudo da ocorrência, a fim de minimizar os efeitos sobre a população, sobretudo a parcela mais vulnerável, a LMTE realizou a distribuição de kits formados por cestas básicas, água mineral e kit anticovid-19 nos municípios de Macapá e Santana, beneficiando um total de 4.000 famílias. Atualmente, a Companhia estuda parcerias para tornar permanente o apoio a projetos sociais na localidade.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e riscos operacionais.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

RISCO	EXPOSIÇÃO	METODOLOGIA UTILIZADA PARA MENSURAÇÃO DO IMPACTO	GESTÃO
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento das taxas de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não tem contratos de derivativos firmados para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários.

- Riscos relacionados às taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros uma vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas.

(b) Risco de crédito

Salvo pelo ativo de concessão e pelas contas a receber de clientes, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma concessão de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber ou

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e apresentam os valores de juros e principal.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Fornecedores	8.758	-	-	-	8.758
Empréstimos e debêntures	93.652	199.062	205.057	476.218	973.989
Total	102.410	199.062	205.057	476.218	982.747

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período de relatório e são apresentados

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. Metodologia do cálculo da taxa efetiva contempla diminuição da taxa do Ativo e aumento da taxa do Passivo.
- Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. Metodologia do cálculo da taxa efetiva contempla diminuição da taxa do Ativo e aumento da taxa do Passivo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDICADORES	ATIVO	PASSIVO	ATIVO (PASSIVO EXPOSTO)	TAXA EFETIVA DO PERÍODO (%)	EFEITO ESTIMADO NO LUCRO LÍQUIDO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Cenário provável					
Risco de taxa de juros					
99% CDI	1.815	-	1.815	8,61	156
TR + 0,5%	229	-	229	0,50	1
TJLP + 1%	-	(537.010)	(537.010)	6,32	(33.939)
	2.044	(537.010)	(534.966)		(33.782)
Cenário 1					
Risco de taxa de juros					
99% CDI	1.815	-	1.815	6,46	117
TR + 0,5%	229	-	229	0,50	1
TJLP + 1%	-	(537.010)	(537.010)	7,65	(41.081)
	2.044	(537.010)	(534.966)		(40.963)
Cenário 2					
Risco de taxa de juros					
99% CDI	1.815	-	1.815	4,31	78
TR + 0,5%	229	-	229	0,50	1
TJLP + 1%	-	(537.010)	(537.010)	8,98	(48.223)
	2.044	(537.010)	(534.966)		(48.144)

(e) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades

Risco técnico: a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAPITAL	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Empréstimos e debêntures (Nota 15)	703.196	735.613
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.040)	(21.350)
Dívida líquida	701.156	714.263
Total do Patrimônio Líquido	903.085	859.914
Total do Capital	1.604.241	1.574.177
Índice de alavancagem financeira %	44	45

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo demonstrado:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui dois ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – os saldos de títulos de renda fixa e caixa restrito que montam, nesta data, respectivamente, R\$ 229 (2020 - R\$ 210) e R\$ 38.350 (2020 - R\$ 22.771) que são classificados como nível 2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Clientes	15.879	15.879	15.986	15.986
Caixa e equivalentes de caixa	2.040	2.040	21.350	21.350
Partes relacionadas	58.952	58.952	83.304	83.304
Depósitos judiciais e outros ativos	125	125	17.423	17.423
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:				
Caixa restrito	38.350	38.350	22.771	22.771
Títulos e valores mobiliários	229	229	210	210
	115.575	115.575	161.044	161.044
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	703.196	703.196	735.613	735.613
Provisões	12.310	12.310	16.881	16.881
Fornecedores e outros passivos	11.563	11.563	8.050	8.050
	727.069	727.069	760.544	760.544

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(b) Empréstimos e Debêntures

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e debêntures que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. Por isso, não está contemplado no escopo do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, que afirma que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas que estão sujeitos, visto que, no Brasil, não existe um mercado consolidado para dívidas de longo prazo, ficando a oferta restrita normalmente a um ente governamental.

5. Qualidade do crédito dos ativos contratuais

A qualidade do crédito dos ativos contratuais que estão vencidos é avaliada mediante às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2021	2020
Aplicação financeira (i)	1.815	32
Bancos	225	21.318
Total	2.040	21.350

(i) Certificados de Depósitos Bancários remunerados a 99% CDI.

A diminuição do saldo de caixa deve-se aos pagamentos referente ao evento descrito na nota 2.2.

7. Clientes

CLIENTES	2021	2020
A vencer	15.104	15.355
Vencidas até 30 dias	146	4
Vencidas de 30 até 365 dias	57	36
Vencidas há mais de 365 dias	572	591
Total	15.879	15.986

A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Companhia como agente de transmissão, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança, conforme previsto no contrato de concessão.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Impostos a recuperar

IMPOSTOS A RECUPERAR	2021	2020
IR a recuperar	587	1.334
IRPJ/CSLL antecipado	-	528
CSLL a recuperar	660	457
Cofins a recuperar	440	422
Pis a recuperar	86	115
Outros	-	3
Total	1.773	2.859

9. Ativo de concessão - contratual

ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL	2021	2020
MOVIMENTAÇÃO		
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.770.465	1.803.304
Remuneração do ativo contratual (Nota 21)	141.210	140.641
Ganho (Perda) de remuneração do ativo contratual (Nota 21)	59.507	(46.784)
Recebimento	(133.812)	(126.696)
Total	1.837.370	1.770.465
Circulante	142.464	131.349
Não Circulante	1.694.906	1.639.116

- (i) O Ativo de Contrato é remunerado pela taxa de retorno que incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A taxa foi calculada na data do início do contrato, conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e se mantém fixa durante todo o prazo de concessão.

O ganho de remuneração em 2021 ocorre pois na data do contrato o esperado era atualização monetária da RAP 4,5% a.a enquanto o órgão regulador utilizou 8,056% de IPCA de atualização para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, acima do esperado e utilizado no cálculo da estimativa. A perda de remuneração

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

gerada em 2020 ocorreu pelo órgão ter utilizado 1,88% de IPCA para atualização da receita.

10. Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores vinculados à construção da infraestrutura do contrato inicial correspondem a:

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedor de materiais	1.652	8.220
Fornecedor de serviços (i)	303	5.822
Outros fornecedores	80	175
(-) Provisão para perda (ii)	-	(6.418)
Total	2.035	7.799

(i) Adiantamentos referente ao evento operacional descrito na nota 2.2.

(ii) Variação referente a reversão da provisão para perda em 2021.

11. Depósitos judiciais

O saldo se refere, basicamente, a depósitos judiciais trabalhistas realizados em grande parte no exercício de construção da linha de transmissão. A variação na conta refere-se ao desbloqueio judicial cível referente ao IP nº 2913/2020 em decorrência da interrupção do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá em novembro de 2020.

12. Partes relacionadas

A Companhia possui os seguintes saldos em aberto de operações com partes relacionadas:

PARTES RELACIONADAS	2021	2020
Gemini Energy S.A. (i)	58.952	83.304
Total	58.952	83.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Trata-se de operação conta corrente, onde a controladora Gemini Energy S.A. captou esse montante da Companhia para investimento em obras de suas outras controladas. Não há incidência de juros sobre referido empréstimo.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga por serviços do pessoal-chave da administração em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6.049 correspondentes a salários e encargos. Em 31 de dezembro de 2020 o valor pago foi de R\$ 3.475.

13. Caixa restrito

Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	2021	2020
Banco da Amazônia S.A.	38.350	22.771

A conta reserva deverá ter o valor equivalente a uma quota semestral do serviço da dívida vencida para o FDA e três meses do serviço da dívida vencida para o FNO. Em abril de 2018, foi apresentado ao Banco da Amazônia, na qualidade de agente operador do FDA, a dotação gradativa da conta reserva até 2022.

14. Direito de uso

Refere-se ao saldo do quarto transformador instalado provisoriamente na SE Macapá, cuja instalação definitiva foi solicitada e está sendo analisada pelos órgãos reguladores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Fornecedores

A Companhia possui os seguintes saldos em aberto de fornecedores:

FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedores de materiais	631	594
Fornecedores de serviços	8.048	6.318
Outros	79	291
Total	8.758	7.203

16. Empréstimos e debêntures

EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	2021	2020
FDA e FNO (i)		
Saldo inicial	735.613	752.803
Amortização de principal	(59.176)	(58.358)
Pagamento de juros	(20.418)	(9.601)
Juros provisionados	46.212	49.806
Custo de transação (ii)	965	963
	703.196	735.613
Total	703.196	735.613
Circulante	73.240	60.358
Não circulante	629.956	675.255

(i) *Créditos de longo prazo*

A Companhia emitiu debêntures em 2010 (debêntures de primeira emissão privada conversíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com as seguintes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

características:

- Valor: R\$ 569.568
- Prazo: 240 meses
- Encargos: TJLP + 1,0 % a.a.

A primeira prestação foi paga em outubro de 2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030.

Em 30 de dezembro de 2010 foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos:

- Valor: R\$ 142.722
- Prazo: 240 meses
- Encargos: Fixo: 10% a.a., caso a Companhia esteja adimplente terá direito a um bônus de 15% sobre os juros, que resulta em uma taxa de 8,5% a.a.

A primeira prestação foi paga no dia 10 de março de 2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo a última prestação em outubro de 2033.

Em 19 de setembro de 2020, houve um aditivo contratual retificando as cláusulas e condições da cédula de crédito, que teve como objeto a prorrogação de nove meses de carência, sem adição no número de parcelas, com um novo cronograma de amortização que considera por 15 meses a redução do percentual de amortização de 10% do saldo devedor, passando a ser considerado como prazo final 10 de outubro de 2033.

(ii) Custos de transação (comissões bancárias e IOF)

Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos.

Garantias concedidas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fianças corporativas emitidas pela Gemini Energy S.A. Para os créditos de longo prazo, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. Não há covenants associados a esses empréstimos em descumprimento.

As posições dos empréstimos e debêntures e das amortizações do saldo de longo prazo, a partir de 31 de dezembro de 2021 obedecem ao seguinte escalonamento anual, líquido do custo de transação:

EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÃO NÃO CIRCULANTE
2023	73.656
2024	73.656
2025	73.656
2026	73.656
De 2027 em diante	335.332
Total	629.956

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

O saldo de impostos, taxas e contribuições a recolher é composto da seguinte forma:

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2021	2020
Encargos regulatórios (i)	1.016	4.944
Pis/Cofins e CSLL retido de fornecedores	96	601
ISS	114	974
Pis/Cofins sobre receita	948	1.152
INSS terceiros	1.424	1.379
IRRF retido de fornecedores	287	690
Outros	739	761
Total	4.624	10.501

- (i) Compõe-se pelos seguintes encargos: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Reserva Global de Reversão (RGR), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Minas e Energia (MME).

18. Provisões

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

PROVISÃO DEMANDAS JUDICIAIS	2021	2020
Ambientais (i)	8.037	11.581
Cíveis (ii)	2.470	2.744
Consumidor (iii)	957	-
Fundiário (iv)	136	115
Trabalhistas (v)	153	1.939
Regulatório	557	502
Total	12.310	16.881

(i) Ambientais

A Companhia está envolvida em processo administrativo ambiental relacionado a descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Na comparação entre 2020 e 2021 houve uma redução dos valores, pois o novo escritório contratado para a condução dos casos reavaliou os pedidos de conversão e identificou que alguns estavam provisionados considerando um desconto de apenas 40%, quando, na verdade, o direito ao desconto seria de 60%. Ademais, tivemos decisão favorável para diminuir a aplicação de penalidade.

(ii) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a indenizações e cobranças

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

(iii) Consumidor – ações decorrentes do evento de 03.11.20

A Companhia é Ré em demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Para os advogados responsáveis pela condução destes casos (escritório Brandão Couto, Wigderowitz & Pessoa Advogados – BCW), existe classificação de risco em provável para alguns processos em que foram proferidas sentenças.

- O valor da perda provável está avaliado nas ações é de R\$ 957

(iv) Fundiário

A Companhia está envolvida em processo fundiário para constituição de servidão administrativa para a instalação e exploração de suas linhas de transmissão.

(v) Trabalhistas

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de horas extras, adicional de periculosidade entre outros.

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui ações de natureza ambiental, cível, fundiária, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$ 173.683 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 102.643 em 31 de dezembro de 2020).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TOTAL
Ambiental	7	16.572
Regulatório	2	4.236
Cíveis (i)	12	7.383
Fundiário	2	34
Penal (ii)	1	71.880
Trabalhistas	3	8.386
Tributário (iii)	2	26.534
Consumidor (iv)	16.731	38.665
Total	16.526	173.684

(i) Cíveis

Trata-se de ação de cobrança proposta por Conjur - Construtora Juruti Ltda. contra a Companhia visando sua condenação ao pagamento de valores, em razão de ter realizado serviços adicionais no Contrato de EPC da Subestação Oriximiná.

A Companhia defende que os serviços não foram prestados.

- O valor da perda possível está avaliado em R\$ 4.479

Merece atenção a ação popular nº 1008292-03.2020.4.01.3100, decorrente do evento ocorrido no Amapá, em 03.11.20 (explicado abaixo, no tópico “iv”), movida pelo Senador Randolph Frederich Rodrigues Alves, e em curso perante 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amapá (JFAP). Dentre os pleitos da demanda, incluem-se a instauração inquéritos policiais pelas polícias Federal e Civil para investigar as responsabilidades criminais das Rés no episódio; a condenação por danos coletivos de natureza material e moral; e a aplicação de sanções administrativas à LMTE. Muito embora o valor histórico da causa tenha sido apontado R\$ 1.000,00 (mil reais), não é possível estimar o eventual valor de condenação neste processo, pois há pedidos de danos materiais e morais em favor dos cidadãos amapaenses sem valor definido. A estratégia de defesa para a ação popular volta-se, preliminarmente, (i) ao descabimento de ação popular para pleitos da natureza formulada pelo Autor; (ii) ausência de interesse de agir, inépcia da inicial e ilegitimidade em razão da

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impossibilidade de intervenção judicial nos marcos regulatórios; (iii) ausência de responsabilidade da LMTE por falhas estruturais e ausência de sistema de redundância no Amapá, o que enseja o rompimento do nexo causal; (iv) inexistência de dever de indenizar da concessionária LMTE; (v) a necessidade do devido processo legal administrativo para verificação correta de fatos e responsabilidades; (v) perda de objeto do aditamento à inicial; (vi) limitação da eventual responsabilidade de acordo com o tempo em que o não fornecimento de energia deveu-se à indisponibilidade do seu transformador, e não à ausência de sistema de redundância no Amapá. A chance de perda neste processo é possível.

O PROCON - AP emitiu um Auto de Infração contra a LMTE, impondo multa no valor total de R\$ 270, contra a qual foi interposto um Recurso Administrativo. A chance de perda neste processo é possível.

(ii) Penal

O IP nº 2020.0112137, em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(is) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá. Em 26 de janeiro de 2021, o Juízo Federal decidiu pelo bloqueio de bens da LMTE e Gemini no valor total pleiteado e indeferiu o pedido de bloqueio das parcelas relacionadas ao Contrato de Concessão. A LMTE interpôs recurso de apelação, aguardando julgamento. O inquérito está em fase final e não houve até o momento denúncia pelo Ministério Público Federal.

O valor de risco possível é de R\$ 71.880, correspondente ao valor deferido para bloqueio dos bens. Existe decisão liminar proveniente de Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, com sucesso parcial, impedindo novos bloqueios. Permanece bloqueado o valor de R\$ 37.

(iii) Tributária – Cobrança de ISS

Auto de infração lavrado pelo Município de Almeirim, no Estado do Pará, em 2014, referente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade.

Em 2014 foi impetrado Mandado de Segurança contra o referido auto de infração. Em 2016 foi proferida sentença desfavorável, sem análise do mérito, objeto de recurso que aguarda julgamento até o presente momento.

A Companhia defende que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS.

- O valor da perda possível está avaliado em R\$ 26.327

(iv) Consumidor – ações decorrentes do evento de 03.11.20

Como explanado acima, a Companhia é Ré em demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Na opinião dos advogados responsáveis pela condução destes casos (escritório Brandão Couto, Wigderowitz & Pessoa Advogados – BCW), a classificação do risco, neste momento, na maioria das ações, é a de risco possível.

A Companhia classifica o risco de cada processo como possível, por não haver elementos suficientes para alteração do prognóstico antes de ocorrer o julgamento.

A Companhia defende que não possui relação direta com os consumidores em razão do seu modelo de negócio (transmissão) e que há responsabilidade sobre o evento de órgãos públicos e particulares.

- O valor da perda possível está avaliado nas ações é de R\$ 38.665.

Além disso, importante consignar que, desde dezembro de 2020, a LMTE tem mantido reuniões e se encontra em negociação com o Ministério Público Federal e Estadual e com a Defensoria Públicas da União e do Estado para fins de apresentação de um plano de acordo global em benefício dos consumidores de energia elétrica do Amapá, evitando-se o

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ajuizamento de ações individuais e coletivas. Essas tratativas estão em andamento e não há previsão de quando se chegará a um termo final.

19. PIS e COFINS diferidos

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção do ativo de concessão.

PIS E COFINS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2020	163.768
Constituição em 2021 (Nota 22)	6.189
Em 31 de dezembro de 2021	169.957

20. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado são como segue:

(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominal

Imposto de renda e contribuição social	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo/Lucro antes do IR/CSLL	60.640	7.331
Alíquota nominal combinada do IR/CSLL	34%	34%
Imposto calculado com base em alíquota legal	(20.618)	(2.493)
Adições /Exclusões	7.826	(2.148)
Compensação/Composição de Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(10.169)	906
Incentivo PAT	-	37
Benefício fiscal IRPJ - SUDAM	-	697
Parcela isenta do lucro para o adicional de 10% do IR	-	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.961)	(2.977)
IR e CSLL Corrente	-	(1.991)
IR e CSLL Diferido	(22.961)	(986)
IR e CSLL Corrente e Diferido	(22.961)	(2.977)
Alíquota Efetiva	38%	41%

(i) *Benefício Fiscal IRPJ-SUDAM*

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) concedeu incentivos e benefícios fiscais para empreendimentos de setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional no Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão (área SUDAM). Dentre os empreendimentos considerados prioritários, a Companhia está enquadrada no setor de infraestrutura - projeto de energia e obteve o direito de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis até 2027 através do Laudo SUDAM 69/2018.

Dentre as obrigações estabelecidas para usufruir os benefícios, destacamos:

- O valor da redução ou isenção deverá ser aplicado em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa;
- O valor do imposto que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais;
- As reservas de incentivos fiscais referentes ao benefício somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

(b) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

IRPJ E CSLL DIFERIDOS	
Em 31 de dezembro de 2020	147.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Constituição em 2021 (Nota 20 (a))	22.961
Em 31 de dezembro de 2021	170.350

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Quota fixa - RTT	165.228	174.953
Receita financeira - AVP	454.391	349.653
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	(116.171)	(86.260)
Provisões temporárias	(2.418)	(4.850)
Total	501.030	433.496
Alíquota nominal combinada do IR/CSLL	34%	34%
IR e CSLL Diferido	170.350	147.389

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 667.013, está representado por 667.013 mil ações ordinárias de R\$ 1 cada.

A composição por quantidade de ações do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de desenvolvimento da Amazônia – FDA	99.753.209
	667.013.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

(c) Reserva especial de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação da reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 o montante em reservas especial de dividendos, uma vez que, o lucro apurado pela Companhia no exercício, além de não ter sido realizado financeiramente, não é estimado pelos órgãos da administração até a data de divulgação destas demonstrações financeiras que será liquidado, conforme comunicação feita pelos membros representantes dos acionistas para deliberação em assembleia-geral. A diretoria estima que tão logo seja superada a situação financeira da Companhia, os montantes desta reserva sejam distribuídos aos acionistas, mediante aprovação pela unanimidade dos votos presentes em Assembleia Geral.

(d) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi calculado com o lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
NUMERADOR		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	37.679	4.354
DENOMINADOR (EM MILHARES DE AÇÕES)		
Média ponderada do número de ações	667.013	667.013
LUCRO POR AÇÃO		
Lucro básico e diluído por ação ordinária por lote de mil ações	56,49	6,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Receita

RECEITA	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Receita de operação e manutenção (i)	7.072	9.215
Receita de remuneração do ativo de concessão contratual (ii)	141.210	140.641
Ganho (Perda) de Remuneração do ativo contratual (Nota 9)	59.507	(46.784)
Outras receitas (iii)	7.520	5.945
	215.309	109.017
PIS e COFINS	(12.674)	(12.575)
PIS e COFINS diferido (Nota 19)	(6.189)	3.038
Quota para RGR, TFSEE e P&D	(3.721)	(5.144)
Total	192.725	94.336

(i) *Serviços de Operação e Manutenção*

As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Remuneração do ativo de concessão*

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros de mercado que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii) *Outras receitas*

Valores referentes a outras receitas da companhia como compartilhamento de instalações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Custo dos bens construídos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custo dos bens construídos e despesas gerais e administrativas	O&M	Despesas	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
CLASSIFICADAS COMO:				
Serviços de operação e manutenção (i)	355	-	356	(3.081)
Prestação de serviços (i)	(10.197)	-	3.533	(469)
Assessoria	(471)	-	(471)	(464)
Tributos	(1.385)	-	(1.385)	(967)
Pessoal	(4.759)	(12.524)	(17.283)	(15.018)
Materiais (i)	(36.535)	-	(50.265)	-
Outros	(193)	-	(193)	(38)
Provisão para contingências e litígios	-	5.298	5.298	(3.058)
Serviços de terceiros (i)	-	(22.674)	(22.674)	(11.626)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(1.008)	(1.008)	(583)
Total	(53.185)	(30.908)	(84.093)	(35.302)

- (i) Gastos operacionais para recomposição e melhoria em máquinas e equipamentos relacionados ao evento operacional do Amapá. Informações adicionais no item 2.2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Resultado financeiro, líquido

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros sobre empréstimos (Nota 16)	(46.212)	(49.806)
IOF	(31)	(9)
Outras despesas financeiras	(2.601)	(2.467)
	(48.844)	(52.282)
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	443	479
Outras receitas financeiras	409	100
	852	579
Resultado financeiro, líquido	(47.992)	(51.703)

25. Outras divulgações sobre fluxo de caixa

RECONCILIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA	2021	2020
Empréstimos de curto prazo	73.240	60.358
Empréstimos de longo prazo	629.956	675.255
Total da dívida	703.196	735.613
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.040)	(21.350)
Dívida líquida	701.156	714.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL DA DÍVIDA	CAIXA E EQUIVALENTES	DÍVIDA LÍQUIDA
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	60.358	675.255	735.613	(21.350)	714.263
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(79.594)	47.177	(32.417)	19.310	(13.107)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	92.476	(92.476)	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	73.240	629.956	703.196	(2.040)	701.156

26. Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

RAMO	VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Riscos nomeados operacionais	14 de maio de 2021 a 14 de maio de 2022	R\$ 200.000
Frota Veículos	30 de maio de 2021 a 30 de maio de 2022	R\$ 450
Responsabilidade civil geral	13 de junho de 2021 a 13 de junho de 2022	R\$ 20.000
Escritório	02 de abril de 2021 a 02 de abril de 2022	R\$ 1.000
Garantia Judicial Auto de Infração	18 de novembro de 2021 a 18 de novembro de 2022	R\$5.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Meton Barreto de Moraes Neto

Presidente

Titulares

Flávio Alves de Lima

Fabio Vassel

Warley Isaac Noboa Pimentel

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro

Suplente

Tulio Luis Mauro Barata

Diretoria Executiva

Meton Barreto de Moraes Neto

Diretor Presidente

Mauro de Almeida Santos

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Controller

Juliana Silva Gomes Madureira

CRC-RJ-116377/O-8

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Administradores e Acionistas da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Incêndio nos transformadores da linha de transmissão Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.6 e nº 17 às demonstrações financeiras, em 3 de novembro de 2020, houve a ocorrência de indisponibilidade na Subestação de Macapá, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá a partir do mês de novembro de 2020, bem como todos os seus desdobramentos. Por causa da relevância do assunto, bem como da complexidade e diversidade dos temas envolvidos, abrangendo aspectos regulatórios, operacionais, financeiros, entre outros, consideramos referido evento como sendo um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura das notificações recebidas pela Companhia; (ii) obtenção de confirmações externas com os assessores jurídicos que patrocinam os processos judiciais da Companhia; (iii) discussão com a Administração da Companhia, com os assessores internos e com os advogados externos acerca do evento ocorrido, de seus possíveis desdobramentos, da situação atual dos processos e das discussões em curso, bem como de seus potenciais impactos nas operações e demonstrações financeiras; (iv) revisão da análise efetuada pela Administração em relação aos impactos conhecidos, incorridos e passíveis de mensuração, principalmente relativos às Parcelas Variáveis por Indisponibilidade - PVI e às Parcelas Variáveis por Restrição Operativa - PVRO, na apuração dos impactos sobre os ativos de contrato e receitas da Companhia; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que todos os possíveis efeitos financeiros estimados encontram-se adequadamente registrados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ativo de concessão - Mensuração Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

Diego Wailer da Silva Auditores Independentes Ltda.

Contador CRC n° 2 SP

011609/O-8 "F" RJ

CRC n° 1 RS 074562/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022. Mauro de Almeida Santos Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitido nesta data. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022. Mauro de Almeida Santos
Diretor de Relações com Investidores